



DELIBERAÇÃO Nº. 18, DE 20 DE JUNHO DE 2012

(Revogada pela Deliberação nº 21 / 2014)

Altera o formulário de Declaração Confidencial de Informações (DCI) e o Termo de Compromisso Solene.

O CONSELHO DE ÉTICA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº. 43.673, de 4 de dezembro de 2003, e considerando o disposto no Decreto nº. 43.885, de 4 de outubro de 2004,

DELIBERA:

Art. 1º Os agentes públicos integrantes da Alta Administração Estadual, a que se referem os artigos 2º e 3º do Decreto n.º 44.591, de 7 de agosto de 2007, deverão preencher o formulário de Declaração Confidencial de Informações (DCI) constante do Anexo I desta Deliberação e protocolá-lo junto à Secretaria Executiva do Conselho de Ética Pública em até 10(dez) dias contados da data da posse.

Art. 2º A prestação de compromisso solene perante a respectiva Comissão de Ética que, conforme art. 9º do Decreto n.º 43.885, de 4 de outubro de 2004, deve acompanhar o ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho, será efetivada com o preenchimento do Termo constante do Anexo II desta Deliberação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o art. 12 e o anexo da Deliberação n.º 003, de 23 de setembro de 2004, do Conselho de Ética Pública; e

II - o art. 1º e o anexo I da Deliberação n.º 007, de 14 de novembro de 2007, do Conselho de Ética Pública.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 20 de junho de 2012.

CONSELHO DE ÉTICA PÚBLICA

Hugo Bengtsson Júnior
Conselheiro-Presidente

Décio Fulgêncio Alves da Cunha
Conselheiro

Helvécio Tamm Lima
Conselheiro

Luiz Vicente Ribeiro Calicchio
Conselheiro

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza
Conselheiro

Roberto Luiz Soares de Mello
Conselheiro



DECLARAÇÃO CONFIDENCIAL DE INFORMAÇÕES - DCI

(Formulário de acordo com art. 1º da Deliberação n.º 18, de 20 de junho de 2012, do Conselho de Ética Pública e art. 13 do Decreto n.º 43.885, de 04 de outubro de 2004)

Atenção: Nenhum campo poderá ficar em branco.

I - DADOS PESSOAIS

1. Nome completo		2. Data de nascimento / /	
3. Formação profissional		4. Cargo	
5. Função	6. Órgão / Entidade		7. Data da posse / /
8. Ocupa cargo ou emprego de quadro permanente na Administração Pública? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual? Órgão/entidade de origem:			
9. É membro de Conselho Estadual? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual?			
10. Endereço do trabalho		CEP . -	11. Telefone do trabalho ()
12. Endereço residencial		CEP . -	13. Telefone residencial ()
14. E-mail		15. Celular ()	
16. Endereço para correspondências <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Trabalho		17. Estado Civil <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Outros: Qual?	
18. Cônjuge /Companheiro (a)		19. Atividade profissional do cônjuge	

II - ATIVIDADE(S) ANTERIOR(ES) - Atividades exercidas nos últimos 12 meses antes da posse atual

20. Atividade	21. Órgão, Empresa, etc.	22. Remuneração/Renda
		R\$
		R\$
23. <input type="checkbox"/> Não exerci nenhuma atividade profissional neste período.		
24. Permanece exercendo alguma(s) atividade(s) citada(s) acima? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual(is)?		



III - BENS E DIREITOS - Bens e direitos pessoais que ainda não constem na declaração exigida na seção V desta DCI

25. Tipo	26. Administrador, se terceiro, e parentesco com o declarante.	27. Valor do bem
		R\$
		R\$
		R\$

28. Não possuo nenhum bem ou direito.

29. Não possuo bem ou direito além dos constantes na declaração exigida na seção V desta DCI.

30. Possui familiar proprietário de instituição cuja atividade está relacionada ao campo de atuação do órgão/entidade em que tomou posse atualmente?

Não Sim. Descrever:

IV. SITUAÇÕES QUE PODEM SUSCITAR CONFLITO COM O INTERESSE PÚBLICO.

31. Exerce outra(s) atividade(s) além do cargo, função ou emprego público?

Não
 Sim. Qual?

32. Possui outra renda além do cargo, função ou emprego público?

Não
 Sim. Qual?

33. Em caso afirmativo no campo 31 ou 32, há conflito **potencial** com o Interesse Público?

Não
 Sim. Preencher **campo 34**
 Tenho dúvida. Preencher **campo 34**

34. Descrever a situação ou atividade, no caso de marcar "Sim" ou "Tenho dúvida" no campo 33.

V. ANEXOS OBRIGATÓRIOS

- Imposto de Renda - Cópia da última declaração de **bens e direitos**.
- Imposto de Renda - Cópia da última declaração de **rendimentos**.

Comprometo-me com a veracidade dos fatos relatados e responsabilizo-me por possíveis omissões, que possam resultar na transgressão do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual.

Local _____

Data _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____



ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO
DECLARAÇÃO CONFIDENCIAL DE INFORMAÇÕES - DCI

ORIENTAÇÕES GERAIS

- ✓ Esta DCI deve ser encaminhada ao Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais em até 10 (dez) dias da posse no cargo/emprego/função atual e atualizada conforme hipóteses deliberadas pelo referido Conselho.
- ✓ Todos os campos do formulário devem ser preenchidos de maneira legível e sem rasuras.
- ✓ A declaração deverá ser devidamente assinada e rubricadas todas as vias e anexos obrigatórios.
- ✓ O formulário de DCI enviado ao Conselho não poderá ser por meio eletrônico ou fax, nem cópia xerográfica.
- ✓ Expressões que comprometam a clareza das informações, tais como “nada consta”, “nada a declarar” e outras, devem ser evitadas.
- ✓ Após analisadas pelo Conselho, as declarações confidenciais serão encerradas em envelope lacrado e ficarão sob a guarda do Conselho de Ética Pública.
- ✓ Em caso de dúvida, consulte o Conselho de Ética Pública:
 - Correio eletrônico: conselhodeetica@conselhodeetica.mg.gov.br
 - Telefone: (31) 3217 6488
 - Endereço: Rua da Bahia, n.º 1.816 – 3º Andar – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP 30.160.924

I. DADOS PESSOAIS

Seção destinada à informação dos dados pessoais e profissionais do declarante.

Campo – 1: Nome completo do declarante, sem abreviações.

Campo – 2: Data de nascimento do declarante.

Campo – 3: Formação Profissional do declarante.

Campo – 4: Cargo público para o qual foi nomeado (exemplos: Secretário de Estado de ... ; DAD-8; DAI-23 etc.).

Campo – 5: Função quando esta for diferente do cargo (exemplos: Chefe de Gabinete; Assessor-Chefe de ...; Superintendente de ...; Diretor de ... etc.).

Campo – 6: Órgão ou entidade da posse atual.

Campo – 7: Data da posse atual.

Campo – 8: Informar se é integrante de quadro permanente de órgão ou entidade da Administração Pública (*compreende União, Estados e Municípios*). Caso positivo, informar qual cargo ou emprego e o órgão ou entidade de origem.

Campo – 9: Marcar se é membro de Conselho Estadual e, em caso positivo, informar qual.

Campo – 10: Endereço completo do trabalho atual no Serviço Público, incluindo cidade, estado e CEP. Para as unidades em funcionamento na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, pode-se utilizar a sigla “CAMG” e informar prédio e andar.

Campo – 11: Número do telefone precedido do código de área.

Campo – 12: Endereço onde mantém residência permanente, incluindo cidade, estado e CEP.

Campo – 13: Número do telefone precedido do código de área.

Campo – 14: Endereço de correio eletrônico pessoal ou institucional.



Campo – 15: Número do telefone precedido do código de área.

Campo – 16: Indicar qual endereço deve ser utilizado para correspondência.

Campo – 17: Informar o estado civil. Marcada a opção outros, informar situação atual.

Campo – 18: Nome completo do cônjuge ou companheiro (a) sem abreviações.

Campo – 19: Atividade profissional do cônjuge ou companheiro (a) do declarante.

II. ATIVIDADE (S) ANTERIOR (ES)

Seção destinada a informações de atividades exercidas nos **12 meses anteriores à posse atual**.

Campo – 20: Atividade(s) que exerceu nos 12 meses anteriores à posse atual.

Campo – 21: Empresa, órgão ou entidade onde exerceu as atividades.

Campo – 22: Valor da remuneração/ renda obtida pela atividade anterior.

Campo – 23: Marcar, caso não tenha exercido atividade profissional nos 12 meses anteriores à posse atual.

Campo – 24: Indicar se ainda exerce alguma atividade informada no campo 20.

III. BENS E DIREITOS

Seção destinada aos bens e direitos que compõem o patrimônio da autoridade e de seus familiares proprietários de instituições que exercem atividades relacionadas ao órgão/entidade da posse atual.

Os campos 25, 26 e 27 devem ser preenchidos se houver algum bem que não conste na declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) exigida na seção Anexo V deste formulário de DCI.

Campo – 25: Tipo do bem ou direito (exemplos: casa, apartamento, automóvel, propriedade rural, etc).

Campo – 26: Nome do administrador do bem ou direito, quando não se tratar do próprio declarante, e parentesco com o declarante, se for o caso.

Campo – 27: Informar o valor (efetivo ou estimado) de mercado.

Campo – 28: Marcar se não possui nenhum bem ou direito.

Campo – 29: Marcar se não há outro bem ou direito além da relação constante da Declaração de IRPF.

Campo – 30: Marcar se possui algum membro da família que seja proprietário de instituição que exerce atividade relacionada ao órgão/entidade da posse atual do declarante. Em caso afirmativo, descrever as principais características da instituição, além de informar qual seria o familiar e o grau de parentesco.

IV. SITUAÇÕES QUE PODEM SUSCITAR CONFLITO COM O INTERESSE PÚBLICO

Seção destinada à apresentação de informações de situações que, efetiva ou potencialmente, possam suscitar conflito com o interesse público.

Campo – 31: Marcar se exerce atividade concomitante ao cargo, função ou emprego público. Se sim, informar qual.

Campo – 32: Marcar se possui outra renda além do cargo, função ou emprego público. Se sim, informar qual (exemplo: aposentadoria, pensão, dividendos etc.).

Campo – 33: Responder se acredita haver conflito de interesse entre a atividade privada e a renda que recebe com a função pública que exerce atualmente. Em caso positivo ou dúvida preencher o campo 34.

Campo – 34: Para os casos positivos ou de dúvida no campo 33, descrever a(s) situação(ões) ou atividade(s).



V. ANEXOS OBRIGATÓRIOS

Anexar cópias das partes da última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) entregue à Receita Federal, **que contenha a relação completa de bens, direitos e rendimentos.**



ANEXO II

(a que se refere art. 2º da Deliberação n.º 18, de 20 de junho de 2012)

PRESTAÇÃO DE COMPROMISSO SOLENE

(conforme art. 2º da Deliberação n.º 18, de 20 de junho de 2012, e art. 9º do Decreto n.º 43.885, de 04 de outubro de 2004)

NOME DO ÓRGÃO / ENTIDADE : _____

DADOS PESSOAIS	
1. Nome completo	2. MASP / Matrícula
<p><i>TERMO DE COMPROMISSO SOLENE</i></p> <p><i>Declaro conhecer o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual, comprometendo-me, neste ato, com sua observância e acatamento.</i></p> <p>Assinatura do agente público</p> <p>Ass.: _____ (Nome e MASP / Matrícula)</p> <p>_____ / ____ / ____ (Local e Data)</p> <p>Assinatura do Presidente da Comissão de Ética</p> <p>Ass.: _____ (Nome e MASP / Matrícula)</p>	

Este formulário, depois de preenchido e assinado, deve integrar a pasta funcional do agente público.



Orientações gerais para preenchimento do Termo de Compromisso Solene

A assinatura do **Termo de Compromisso Solene** pressupõe o recebimento e o conhecimento do Código de Conduta Ética.

Dados pessoais do agente público:

- 1- Informar nome completo;
- 2- informar o MASP; caso não tenha MASP, informar a matrícula ou outro registro na instituição.

Observação:

O Presidente da Comissão de Ética do órgão ou entidade deverá indicar nome e MASP / Matrícula, assinar o Termo e encaminhá-lo à área responsável pela administração de recursos humanos.